

---

Soeli Andrea Guralh<sup>2</sup>

---

---

**O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO ACERCA  
DA PRÁTICA PROFISSIONAL EM UM  
CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO, A PARTIR  
DA UTILIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL<sup>1</sup>**

---

**RESUMO:** Este trabalho busca apresentar o percurso metodológico, em especial a utilização do procedimento metodológico de coleta de dados e depoimentos grupo focal, o qual se mostrou bastante eficiente na abordagem junto a profissionais de uma equipe multiprofissional que presta atendimento a adolescentes autores de atos infracionais em um Centro de Socioeducação. Além possibilitar o êxito na coleta das informações, o procedimento favoreceu também a reflexão dos participantes da pesquisa acerca dos desafios que perpassam o desenvolvimento de suas ações.

**PALAVRAS-CHAVE:** procedimentos metodológicos; pesquisa de campo; equipe multiprofissional;

**RESEARCH PROCESS ON THE PROFESSIONAL PRACTICE IN A SOCIAL-EDUCATIONAL CENTER THROUGH THE FOCUS GROUP**

**ABSTRACT:** this work aims to present the metodological paths, specially the use of methodological procedures of data collection and focus group reports, which showed efficient enough considering professionals from a multiprofessional group providing care to teenagers who committed illegal acts and live at a social-educational center. Besides helping in the data collection, it also offered the participants on the research a possibility to think over their acts about the challenges they face during their actions development.

**KEY-WORDS:** methodological procedures; multiprofessional group; fieldwork.

---

<sup>1</sup> As reflexões referentes à descrição da pesquisa e seu contexto de desenvolvimento, bem como os procedimentos metodológicos apresentados neste artigo, integram a Dissertação de Mestrado intitulada "O regime de privação de liberdade sob enfoque da socioeducação: experiência do Centro de Socioeducação Regional de Ponta Grossa", defendida pela autora no ano de 2010, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. A pesquisa foi realizada sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dircéia Moreira e co-orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jussara Ayres Bourguignon.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004), Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2010). Educadora Social na Secretaria de Estado de Criança e Juventude. E-mail: [sguralh@hotmail.com](mailto:sguralh@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se à pesquisa de campo realizada dentro do programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, cujo ingresso ocorreu em 2007. O interesse pela problemática de estudo teve origem a partir da inserção profissional da autora como educadora social no Centro de Socioeducação Regional de Ponta Grossa – CENSE PG, em 2006.

A atividade profissional no CENSE PG demandou um processo de capacitação acerca dos princípios que norteiam a socioeducação e do conjunto de práticas a serem operacionalizadas no atendimento aos adolescentes internos, além de possibilitar o conhecimento de como estes procedimentos deveriam integrar a rotina da instituição, sempre tendo como referencial as diretrizes legais, que são o sustentáculo de todas as ações realizadas na área: Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (1985), Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990), Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2006).

Ao conhecer os limites e as possibilidades da socioeducação no plano do “dever ser”, um questionamento nos foi suscitado no sentido de um conjunto de ações que objetivam a valorização do sujeito, a busca de sua autonomia e iniciativa, sua inserção positiva na família, na comunidade e na sociedade. Ou seja, a possibilidade de que todo este processo se materialize dentro de um regime de privação de liberdade, na forma em que o sistema de atendimento se encontra configurado atualmente.

Neste entendimento, a problemática que motivou a pesquisa se constituiu no que segue. Sendo a medida de internação um dos mecanismos que o Estado utiliza para intervir na questão do ato infracional praticado por adolescentes, este mecanismo pressupõe, por sua vez, um conjunto de práticas sociais, jurídicas e pedagógicas, as quais fundamentam a proposta da socioeducação. Levando-se em consideração o processo de atendimento operacionalizado pela equipe multiprofissional do CENSE PG, no âmbito dos aspectos anteriormente elencados, quais os limites e as possibilidades de desenvolvimento de uma prática profissional de educação para o convívio social que promova a autonomia e fortaleça as relações interpessoais dos sujeitos em um regime que se caracteriza pela privação de liberdade? É possível operacionalizar a proposta da socioeducação no âmbito de um regime

de privação de liberdade? Quais exigências se colocam para a prática profissional, neste processo?

O objeto que se abordou foram os desafios e as contradições inerentes ao desenvolvimento da prática profissional socioeducativa por parte de uma equipe multiprofissional na realidade cotidiana do regime de privação de liberdade – a internação no CENSE PG.

Assim, devem-se assentar os objetivos da pesquisa:

- Problematizar os limites e as possibilidades presentes no desenvolvimento do processo de atendimento socioeducativo pelos diversos profissionais atuantes no CENSE PG;

- Promover a discussão acerca da prática socioeducativa, dentro da operacionalização da medida de internação;

- Situar os marcos legais, os procedimentos, as diretrizes e os sujeitos envolvidos no desenvolvimento de tal mecanismo;

- Pautar a perspectiva de análise do objeto de estudo na ótica da defesa e da garantia dos direitos legalmente previstos, tais como: direito a convivência familiar e comunitária (art. 4º do ECA) e a realização de atividades externas (art. 121, § 1º, ECA);

- Sistematizar as categorias relacionadas à compreensão da temática, tais como: liberdade (na dimensão jurídica), punição, socialização, socioeducação, controle social, entre outras;

- Articular as discussões teóricas dos elementos trabalhados às considerações dos sujeitos da pesquisa, bem como a prática profissional que estes desenvolvem no cotidiano institucional.

É importante ressaltar que a natureza da pesquisa desenvolvida é qualitativa, uma vez que se busca compreender determinados fenômenos a partir da interpretação de informações de maneira aprofundada, observando-se situações para então se descrever e fazer comparações entre fatos e percepções, conferindo, portanto, visibilidade à compreensão que os sujeitos envolvidos possuíam sobre a temática de investigação.

Desta forma, o desenvolvimento da pesquisa foi permeado pela hipótese da impossibilidade de realização da socioeducação diante da privação de liberdade, da forma como o sistema tem sido operacionalizado na instituição de atendimento estudada.

Perante a problemática evidenciada pela pesquisa - de questionamento aos pressupostos que caracterizam um modelo de atendimento - o imperativo colocado à pesquisadora foi o de abordar a categoria socioeducação a partir do entendimento dos sujeitos que a operacionalizam; a razão de ser da fundamentação teórica, neste contexto, foi de seu confronto com a realidade, com os elementos que

dão sustentação a modos de pensar e agir coletivos e que refletem na configuração de uma determinada prática profissional.

Assim, ao se tratar de um problema de pesquisa relacionado ao conjunto de ações desenvolvidas por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que buscam realizar a leitura do cotidiano institucional a partir de seus espaços de intervenção, o imperativo foi o de recorrer a um procedimento facilitador do diálogo e do confronto de visões, opiniões e experiências em torno de um projeto comum de operacionalização das diretrizes do atendimento socioeducativo.

### **CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA**

O CENSE PG é um espaço destinado ao atendimento de adolescentes envolvidos com a prática de ato infracional, os quais, mediante procedimento judicial na Vara da Infância e Juventude<sup>3</sup>, receberam medida socioeducativa de internação. O Centro recebe também adolescentes na modalidade de internação provisória (máximo de 45 dias<sup>4</sup>) e a internação referida doutrinariamente como internação por descumprimento de medida (máximo de 90 dias<sup>5</sup>). Embora com abrangência regional, também recebe adolescentes advindos de outras regiões<sup>6</sup>; é mantido pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Criança e Juventude. Integra o Sistema de Justiça Juvenil e tem por objetivo “desenvolver um processo socioeducativo de formação e emancipação humana, capaz de suscitar um novo projeto de vida para os adolescentes, baseado em valores éticos e na participação social cidadã.” (REGIMENTO Interno Cense, 2007).

A estrutura organizacional do CENSE PG compreende a relação entre três eixos principais: a área administrativa, a área técnica e a área de segurança. Estas áreas são supervisionadas pela direção da unidade<sup>7</sup> que está vinculada à Secretaria de Estado da Criança e Juventude e recebe apoio técnico e administrativo da diretoria

<sup>3</sup> O artigo 123 do ECA estabelece que: “A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração”. (BRASIL, 1990, p. 25).

<sup>4</sup> Artigo 108 do ECA.

<sup>5</sup> Artigo 122, §1º, do ECA.

<sup>6</sup> Nos casos em que faltam vagas nos locais de origem do adolescente, ou que seja necessária a sua transferência destes locais por razões de segurança, tais como: ameaças, envolvimento em motins e outras.

<sup>7</sup> No SINASE considera-se que unidade é o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico. (BRASIL, 2006).

administrativa financeira e da diretoria técnica desta Secretaria.

De acordo com o estabelecido nos Cadernos do IASP (PARANÁ, 2007, p. 31), para a gestão dos Centros de Socioeducação, o CENSE PG, assim como as outras unidades do Paraná, possui como bases: a concepção arquitetônica, que deve propiciar um ambiente “seguro, humanizado e educativo”; a concepção sociopedagógica, que deve conceber o projeto educacional em seu potencial de transformação e emancipação; a dinâmica funcional de estímulo ao comprometimento da equipe, aprendizado constante e capacitação permanente; e, finalmente, a estrutura de equipamentos e materiais, que significa a sua adequação às finalidades buscadas no atendimento.

A estrutura física deste espaço se encontra consonante aos padrões arquitetônicos<sup>8</sup> colocados pelo SINASE para as unidades de internação. A capacidade de atendimento, somadas internação e internação provisória, é de 70 adolescentes; contando-se as vagas disponíveis na casa destinadas à triagem, totalizam-se 78 vagas. A internação provisória, em virtude do excesso de demanda para internação, encontra-se atualmente<sup>9</sup> com 15 vagas, enquanto a internação conta com 53 vagas. Cabe ressaltar que estas duas áreas são separadas por um muro, configurando diferentes espaços de atendimento, mas que fazem uso de uma mesma estrutura física e administrativa.

As vagas acima referidas estão distribuídas em sete casas identificadas pelas letras A até G, sendo que uma delas compreende dez vagas e se encontra provisoriamente destinada ao atendimento feminino, uma vez que o Município de Ponta Grossa não possui uma unidade específica para tal fim.

Cada casa conta com dez alojamentos individuais, equipados com sanitário, chuveiro, cama e bancada em concreto; além disso, todas as casas possuem uma área de solário, refeitório, um posto de serviço para os educadores, almoxarifado e uma sala de atendimento individual.

A área que compreende a unidade é cercada por um muro de

---

<sup>8</sup> Em caso de existir mais de uma unidade no terreno, não poderá ultrapassar 90 adolescentes; construções horizontais para áreas de: administração, atendimento, serviços, auditório, ambulatório, escola, oficinas, quadras poliesportivas, visita íntima e espaço ecumênico; espaços para as três fases do atendimento (inicial, intermediária e conclusiva); espaços de convivência protetora (para adolescentes ameaçados); cada unidade atenderá até 40 adolescentes, com espaços residenciais em módulos (máximo de 15 adolescentes) e quartos (máximo de três adolescentes). (BRASIL, 2006).

<sup>9</sup> Estes dados e outros que serão inseridos em momentos posteriores, referentes à configuração da instituição pesquisada, referem-se a levantamento realizado pela pesquisadora entre 2008 e 2009.

cinco metros e meio de altura, onde se encontram dispostas três guaritas de segurança e uma guarita central utilizada para recepção, onde permanece também o Policial Militar responsável pela segurança externa. A primeira ala da unidade corresponde à área administrativa, onde se encontram salas de recepção e revista de visitas, salas dos profissionais da área técnica, direção, administração, sala de reuniões, almoxarifado e outras.

As demais alas encontram-se na área de segurança e compreendem: setor de saúde, área de convívio para os adolescentes, refeitório dos funcionários, copa, cozinha e lavanderia. Na sequência, tem-se a área de triagem, local onde os adolescentes que ingressam na unidade permanecem por alguns dias antes de serem inseridos no convívio junto aos demais. O espaço destinado à escola possui seis salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca, uma sala para os professores e uma sala para oficinas profissionalizantes (as quais não são realizadas). Existe também na unidade uma área com salas para oficinas diversas, espaço ecumênico, teatro de arena, campo de futebol e ginásio poliesportivo.

A equipe de trabalho do CENSE Ponta Grossa é composta da seguinte forma: 1 (um) diretor, 1 (um) coordenador de segurança, 4 (quatro) assistentes sociais, 3 (três) psicólogos, 1 (um) pedagogo, 1 (um) terapeuta ocupacional e 1 (um) dentista. O grupo de educadores sociais é composto por, aproximadamente, 36 profissionais, os quais são distribuídos em quatro plantões. Além destes, integram a equipe: 1 (um) administrador, 5 (cinco) técnicos administrativos (recursos humanos, estoques, secretaria técnica, recepção e serviços gerais), 2 (dois) motoristas e 3 (dois) auxiliares de manutenção, dos quais 2 (dois) são terceirizados. Os profissionais da copa, lavanderia e limpeza são terceirizados. Já os professores responsáveis pela escolarização dos adolescentes estão ligados à Secretaria de Estado da Educação (SEED), na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), e ao Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas – PROEDUSE.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO**

Para problematizar a questão e levantar reflexões que expressassem o coletivo, utilizou-se a técnica qualitativa do “Grupo Focal”, a qual consiste em uma “sessão grupal onde os sujeitos de estudo discutem vários aspectos de um tópico específico” (WESTPHAL, 1992, p. 89), de modo que a pesquisadora pudesse verificar de que maneira tais sujeitos “avaliam uma experiência, idéia ou evento; como definem

um problema e como suas opiniões, sentimentos e significados encontram-se associados a determinados fenômenos" (p. 89).

A justificativa para utilização de tal procedimento é o potencial que essa técnica possui de propiciar o debate, estimular os sujeitos a expressarem suas opiniões, avaliando as situações vivenciadas profissionalmente e, sobretudo, possibilitando que identifiquem problemas e as alternativas para o seu enfrentamento.

Interessa destacar que, para coleta das informações junto aos participantes da pesquisa, foi realizada apenas uma reunião com o grupo focal, não sendo realizados outros encontros posteriores com os profissionais. Este fato se justifica a partir do critério da "saturação teórica" (POLIT; HUNGLER, 1995), que ocorre quando "as informações fornecidas [...] não mais contribuem significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados" (FONTANELLA; RICAS; TURADO, 2008, p. 1). Assim sendo, qualquer questionamento posterior aos sujeitos da pesquisa revelou-se desnecessário, pois poderia significar a repetição de elementos já discutidos, dentro de categorias já identificadas na relação com o referencial teórico construído.

Foi utilizado também o procedimento de pesquisa bibliográfica, o qual estabeleceu as bases teóricas que perpassam todo o trabalho, bem como por orientar o processo de análise, possibilitando a percepção dos conceitos e categorias que necessitavam de um maior aprofundamento. Neste mesmo sentido, o estudo de fontes documentais, como regimento interno do CENSE PG, relatórios, cadernos de normas e procedimentos etc., permitiu o enriquecimento do conteúdo construído, forneceu dados e indicadores, explicitou procedimentos e auxiliou na construção de uma caracterização do lócus da pesquisa.

Outra ferramenta de que se fez uso foi a observação, a qual se fundamentou nos objetivos e no problema da pesquisa e foi direcionada especialmente para a dinâmica funcional, configuração do atendimento e para as relações entre a equipe profissional com os internos da instituição. Esta observação resultou em registros sistematizados pela pesquisadora que subsidiaram o processo de construção teórica e de análise.

Para a seleção dos participantes da pesquisa, solicitou-se aos profissionais das áreas com mais de um integrante que escolhessem um representante, enquanto nas áreas com apenas um profissional realizou-se convite para a sua participação. Considerando que os educadores sociais são os profissionais em maior número na instituição, foram estabelecidos critérios de seleção, a saber: maior

período de experiência na função; referência de plantões; formação superior; especialização em políticas na área da criança e do adolescente, e perfil profissional.

Desta forma, os sujeitos ficaram assim definidos: 1 (um) assistente social, 3 (três) educadores sociais, 1 (um) psicólogo, 1 (um) pedagogo, 1 (um) terapeuta ocupacional. Importante também caracterizar tais profissionais em relação ao lugar que ocupam na dinâmica funcional da instituição e também alguns elementos referentes ao perfil destes.

O procedimento utilizado na composição dos capítulos e também para o tratamento das informações coletadas junto aos participantes da pesquisa foi a análise de conteúdo, na modalidade categorial.

A categorização é um processo que classifica os elementos constituintes de um texto, promovendo uma diferenciação destes elementos para, na sequência, reagrupá-los de acordo com os critérios colocados pelos objetivos da pesquisa (BARDIN, 1977, p. 116).

O referencial teórico foi norteado por categorias-chaves extraídas de leituras exploratórias, tais como: liberdade, privação de liberdade, valor, prática socioeducativa, cotidiano institucional, controle social institucional, socioeducação, punição, Estado Democrático de Direito e outras. Por sua vez, o conteúdo dos depoimentos, tomados na totalidade do texto, foi desmembrado em categorias de análise em virtude da incidência de certos elementos que tiveram destaque nas opiniões expressas, e também por guardarem relação com os objetivos da pesquisa. Este processo de classificação e reagrupamento de elementos do texto resultou nas seis categorias de análise trabalhadas pela pesquisadora, sempre ancorada nos pressupostos teóricos desenvolvidos em todos os capítulos.

No que tange aos procedimentos realizados posteriormente à atividade com o grupo focal, o passo seguinte foi a transcrição dos depoimentos gravados durante o debate. De posse deste material, foi possível identificar quais elementos tiveram preponderância nestes depoimentos e, assim, estabelecer as categorias de análise: modelo de atendimento socioeducativo; contradição entre modelo de atendimento e sociedade; inserção profissional e educacional dos adolescentes; atribuições dos profissionais; políticas públicas e rede de atendimento; desafios e possibilidades da socioeducação no regime de privação de liberdade.

Uma vez estabelecidas tais categorias, foram selecionados segmentos dos depoimentos dos participantes que guardavam relação com cada uma destas categorias, evidenciando-se os aspectos a serem

analisados.

### **ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO GRUPO FOCAL**

Considerando o objetivo pretendido pelo artigo, de abordar a utilização do procedimento do grupo focal para coleta de dados em uma pesquisa de campo que envolve profissionais de diferentes áreas de atuação, interessa destacar quais são as etapas que envolvem a realização deste procedimento.

O primeiro passo é a definição dos objetivos do estudo, que foi o de promover o debate acerca dos limites e possibilidades do processo de atendimento socioeducativo, dentro do regime de internação, entre os integrantes da equipe multiprofissional do Centro de Socioeducação de Ponta Grossa.

Na sequência, devem ser definidos os participantes da reunião e ser preparado um roteiro de questões norteadoras que venham a orientar o trabalho com o grupo. Importante ressaltar que estas questões constituem-se um roteiro norteador flexível e, dessa forma, nem todas as questões precisam apresentadas aos participantes. Como remetem umas as outras, podem ser contempladas em qualquer momento do debate. Da mesma forma, outras questões poderão ser levantadas, conforme o desenvolvimento do grupo focal.

Deve-se marcar a data para reunião com o grupo selecionado, escolhendo-se também um mediador ou um observador para participar da atividade, e, ainda, tomar nota dos aspectos relacionados às características e posturas dos participantes, bem como dos pontos principais dos depoimentos e outros elementos que podem não ter sido captados pelo mediador.

É preciso dispensar atenção especial para a escolha do local onde será realizado o grupo focal; é fundamental que o local acomode os participantes confortavelmente, com a disposição das cadeiras em círculo ou semicírculo; que não seja uma área de circulação de pessoas, de modo que sejam evitadas interrupções e interferências, e que haja uma boa acústica para o sucesso da gravação da atividade. Todos estes cuidados facilitam o desenvolvimento da etapa subsequente, que é transcrição e análise dos depoimentos e verificação da necessidade ou não de complementação das informações.

Como forma de demonstrar o desenvolvimento de uma reunião com grupo focal, interessa relatar brevemente a coleta de dados realizada no contexto desta pesquisa.

Para cumprir o objetivo da utilização desta técnica - o de promover

o debate acerca dos limites e possibilidades do processo de atendimento socioeducativo, dentro do regime de internação, entre os integrantes da equipe multidisciplinar do Centro de Socioeducação de Ponta Grossa - a atividade com grupo focal foi realizada no dia 08 de julho de 2008, com início às 10h:00, na sala de música do CENSE PG, com a presença dos seguintes sujeitos: um assistente social, um psicólogo, um terapeuta ocupacional, um pedagogo e três educadores sociais, bem como um observador e a pesquisadora responsável pela condução da técnica. Considerando que a pesquisadora é funcionária do CENSE PG e já conhecia os profissionais presentes, os trabalhos tiveram início com a apresentação dos participantes e suas funções à observadora, a qual ainda não conhecia o grupo. A pesquisadora apresentou ao grupo os objetivos da pesquisa, bem como do grupo focal, situando também a definição e a descrição deste procedimento metodológico de coleta de dados, justificando a opção pelo uso do mesmo.

Na sequência, foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo abordados os elementos presentes no documento, recolhidas as assinaturas e disponibilizada uma cópia assinada pela pesquisadora para cada sujeito da pesquisa. Nesta ocasião também foi solicitado ao grupo o consentimento para o uso do gravador.

Posteriormente, passou-se para o segundo momento das atividades, que consistiu na exposição de questões e o debate das mesmas pelos sujeitos:

- Como deve ser um processo de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, dentro de um modelo de socioeducação? Deve-se pautar em quais elementos? Priorizar quais aspectos? Seguir quais diretrizes/marcos legais?

- No que a sua prática profissional cotidiana se aproxima deste modelo e no que ela se distancia? (o modelo em relação à sua configuração é operacionalizado?)

- Quais são as dificuldades/limitações encontradas no dia a dia da instituição, ao exercer suas atribuições funcionais e profissionais? Que postura assume diante destas? Como procura superar os impasses?

- Qual é a sua opinião sobre o recurso à privação de liberdade para o atendimento socioeducativo?

A pesquisadora partiu da indagação referente à configuração do processo de atendimento socioeducativo. A partir do posicionamento dos sujeitos, foram extraídos alguns elementos que puderam ampliar o debate, tais como: inserção profissional, escolarização, modelo de atendimento e sociedade, papel do Estado etc. Partindo das dificuldades

apontadas em relação ao desenvolvimento da prática profissional, a pesquisadora indagou sobre que outras dificuldades o grupo identificava neste contexto, sendo abordados pelo grupo os pontos positivos e negativos, os entraves, as angústias, questões estruturais, diretrizes legais, desafios e alternativas.

Os sujeitos mencionaram, igualmente, a interdisciplinaridade no exercício profissional, atribuições profissionais, e a pesquisadora propôs questões relacionadas à privação de liberdade neste contexto socioeducativo, ao passo que o questionamento acerca da possibilidade de socioeducar em privação de liberdade revelou-se o ponto em que surgiram mais divergências e a discussão mostrou-se mais acalorada.

Com duração de aproximadamente 80 minutos, o debate foi gravado e posteriormente transcrito pela pesquisadora.

No terceiro momento da atividade, a observadora foi convidada a apresentar aos integrantes os pontos principais discutidos e sintetizados no debate, dos quais tomara nota, de forma que estes pudessem se manifestar caso algum elemento não estivesse corretamente assentado. Os participantes puderam avaliar a técnica realizada, a qual obteve aceitação positiva de todos.

## CONCLUSÃO

Como foi exposto nestas reflexões, o atendimento prestado aos adolescentes autores de atos infracionais em um Centro de Socioeducação articula a ação de profissionais de diferentes áreas. Por esta razão, no contexto específico do objeto de estudo, a utilização do grupo focal como instrumento de coleta de dados contemplou o objetivo de abordar o desenvolvimento da prática socioeducativa na perspectiva do debate entre os profissionais.

Durante toda a atividade, o grupo mostrou-se à vontade nas discussões, o contato olhos nos olhos revelou integração entre as diferentes áreas profissionais e favoreceu o clima de respeito às opiniões, mesmo diante das divergências de pontos de vista. As questões levantadas pela pesquisadora foram bem compreendidas e discutidas com o devido comprometimento pelo grupo.

Importa ressaltar, sobretudo, que contradições emanaram da maneira como cada profissional concebe a sua intervenção, no confronto/relação com a intervenção dos demais e também na leitura feita pelos participantes das questões cotidianas que perpassam o atendimento realizado. O êxito no processo de coleta das informações, portanto, guarda estreita relação com a escolha de um procedimento

metodológico adequado ao objeto de estudo e aos objetivos da pesquisa.

Em relação às evidências que emergiram do desenvolvimento da pesquisa, os impasses partiram da própria concepção do trabalho socioeducativo em relação às ações realizadas ao cotidiano institucional: a equipe atua a partir de uma proposta de trabalho demasiado abrangente, a qual agrega elementos de diversas correntes teóricas da pedagogia, psicologia, sociologia, além dos princípios legais e políticos. Contudo, sob o aspecto operacional ou mesmo de um proceder metodológico, estas diretrizes não fornecem unidade e direção aos procedimentos e ainda tendem a dissipar as peculiaridades de cada formação.

Além disso, os profissionais investigados, ao visarem à realização da socioeducação, demonstraram não possuir bem especificadas as suas atribuições e os limites da intervenção. Isso concorre para que, em certos momentos, eles assumam papéis que os levam a interferir na subjetividade dos adolescentes e em suas escolhas pessoais, tendo por referência seus próprios valores.

Embora o grupo não tenha apontado nenhum elemento que afirmasse a possibilidade de materialização da socioeducação na forma como o atendimento tem sido operacionalizado, a privação de liberdade é justificada como uma necessidade social, sendo uma resposta do Estado mediante o rompimento com os valores, normas e regras que a sociedade considera como legítimos. Isso se torna mais expressivo na falta de articulação entre a proposta pedagógica de atendimento e os procedimentos de ordem disciplinar.

Deve-se destacar também que, no cotidiano do trabalho, o espaço para o crescimento profissional, a partir da troca de experiências, é bastante limitado, ou mesmo existem aspectos que perpassam o objeto da ação profissional que raramente são problematizados. Desta forma, o procedimento metodológico grupo focal possibilitou a troca de experiências entre os sujeitos participantes da investigação, oportunizando um momento de reflexão sobre as suas práticas profissionais e sobre os desafios inerentes a estas práticas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069)>. Acesso em: 17/01/2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo " SINASE**. 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/sedh](http://www.planalto.gov.br/sedh)>. Acesso em: 12/03/2008.

FONTANELLA, Bruno J. B.; RICAS, Janete; TURADO, Egberto R. Amostragem por saturação em pesquisa qualitativa em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, 2008.

GURALH, Soeli Andrea. **O regime de privação de liberdade sob enfoque da socioeducação**: experiência do Centro de Socioeducação Regional de Ponta Grossa. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Área de concentração: Sociedade, Direito e Cidadania) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

PARANÁ. Instituto de Ação Social do Paraná. **Gestão dos centros de socioeducação**. Cadernos do IASP. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, janeiro de 2007.

POLIT, Denise F.; HUNGLER, Bernardete P. **Fundamentos da pesquisa em enfermagem**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

REGIMENTO Interno Cense Ponta Grossa. Centro de Socioeducação Regional de Ponta Grossa, 2007.

REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. 1985. Disponível em: <<http://www.secj.pr.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 23/05/2008.

REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROTEÇÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE. 1990. Disponível em: <<http://www.secj.pr.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 12/06/2008.

WESTPHAL, Márcia Faria. **Participação popular e políticas municipais de saúde**: Cotia e Vagem Grande Paulista. Tese (Livre Docência) " Departamento de Práticas de Saúde Pública, ESP/USP, São Paulo, 1992.

**VARIA  
SCIENTIA**

Versão eletrônica disponível na internet:

[www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)